



Deputado MOZARILDO CAVALCANTI  
Pronunciamento feito no Peque  
no Expediente, em 25/09/1984.

|      |           |
|------|-----------|
| CEDI | P. 16     |
| DATA | 04/04/94  |
| COD. | YAD 00314 |

CONDENA A INTERVENÇÃO DE ESTRANGEIROS  
NA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA E  
SOLICITA INVESTIGAÇÃO SOBRE A ATUA-  
ÇÃO DE JORNALISTA ESTRANGEIRA JUNTO  
AOS YANOMAMI.

Senhor Presidente!  
Senhores Deputados!

Prescreve a Lei nº 6.001 de 19 de de-  
zembro de 1973 -Estatuto do Índio, que o propósito da políti-  
ca indigenista brasileira é, além da preservação da cultura dos  
índios, a busca de "..integrá-los, progressiva e harmoniosa-  
mente, à comunhão nacional".

Não cogita, pois, segregar e isolar  
os índios em agrupamentos estanques, divorciados do sentimen-  
to nacional.

Não quis o Legislador, nem pode a cons-  
ciência nacional aceitar, que o índio seja tratado como ani-  
mal irracional, sem direito a evolução intelectual e à melho-  
ria de seu padrão de vida, dentro dos conhecimentos técnicos  
e científicos hoje à disposição da humanidade, tanto que está  
explicitamente estabelecido naquela Lei que à União, aos Esta-  
dos e aos Municípios compete "...utilizar a cooperação, o es-  
pírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo  
em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integra-  
ção no processo de desenvolvimento".

Parece-nos, pois, que está cristalina-  
mente delineado o objetivo maior da política indigenista bra-

sileira - o de integrar o índio à comunhão nacional, de maneira "progressiva e harmoniosa" utilizando a "cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais" que lhe são inerentes, de forma a promover um melhor padrão de vida.

Esta não é, no entanto, a ótica dos pseudo indigenistas, dos antropólogos de gabinete e dos festivistas jornalistas, muitos deles de origem estrangeira como a Sra. Cláudia Andujar, que se auto-intitulando defensores da causa indígena, estão na realidade a defender outros interesses, financiados não se sabe por quem.

Aliás, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero aqui solicitar das autoridades do Poder Executivo, especialmente do Senhor Ministro da Justiça, para que investigue as atividades dessa misteriosa senhora, que estrangeira, vive de viagens nos mais diversos pontos do País e da Venezuela, fazendo uma pregação facciosa e mentirosa sobre os índios Yanomami. Esta senhora tem uma participação e ingerência indevidas não só na FUNAI, como nos trabalhos da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, tendo sido a maior responsável pela celebração de um convênio entre a FUNAI e a organização francesa "Medicins du Monde", com o objetivo aparente de prestar assistência médica aos Yanomami, num frontal e cabal desrespeito à Medicina Brasileira e ao próprio Governo Brasileiro, como se estes fossem incapazes de prestar assistência médico-sanitária aos brasileiros, que habitam o solo pátrio.

É hora de por um freio às investidas alienígenas no trato dos nossos problemas!

A política indigenista brasileira deve ser tratada e administrada por brasileiros.

ERA O QUE TINHA A DIZER!

Deputado MOZARILDO CAVALCANTI  
Pronunciamento feito no Pequeno  
no Expediente, em 04/10/1984.

REPUDIA INTERFERÊNCIA DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO NA QUESTÃO INDÍGENA DE RORAIMA.

Senhor Presidente!  
Senhores Deputados!

Tenho denunciado desta Tribuna pessoas e entidades, que de forma ilegítima e suspeita, têm se intrometido no trato da política indigenista brasileira, provocando em todo o País uma verdadeira subversão étnica. Contrariando o disposto na Lei, elas têm procurado ao invés de ajudar na integração do índio à comunhão nacional, segregá-los em agrupamentos estâncques, com o objetivo de fazer surgir uma "nação indígena", dentro dos limites territoriais brasileiros.

Esses elementos, em grande parte estrangeiros, ligados ou defensores de organismos alienígenas têm atuado impunemente, arvorando-se em defensores de uma causa à qual não estão ligados, nem possuem legitimidade para defender.

Hoje recebi um telegrama de uma tal "Comissão Pró-Índio de São Paulo", em defesa da Sra. Cláudia Andujar e da organização francesa "Medicins du Monde". É admirável que essa "Comissão" esteja a defender exatamente uma pessoa e uma entidade estrangeiras. Uma comissão que se dizendo sediada em São Paulo, quer entender dos problemas indígenas de Roraima. Considero essa organização também suspeita e ilegítima e não lhe reconheço autoridade para se imiscuir num assunto, numa causa pois para tal não recebeu mandato.



Repudio, pois, o protesto dessa pseudo Comissão e deixo bem claro que não aceitarei patrulhamentos no desempenho do meu mandato, que me foi legítima e democráticamente confiado pelo povo roraimense, para defender os seus direitos e os seus interesses, aí incluída a questão indígena.

Só ao povo de Roraima devo conta das minhas ações e da minha luta.

Era o que tinha a dizer!

Tendo tomado conhecimento do pronunciamento do Deputado Moza rildo Cavalcanti do Território Federal de Roraima, feito em 25/09/84, desejo esclarecer para todos os fins e aos interes sados no assunto que o Senhor Deputado vem fazendo uma verda deira campanha de difamação do trabalho de saúde que as enti dades Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e Mé- decins du Monde (MDM) vêm desenvolvendo em convênio com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desde o início dos traba lhos de campo em 1983.

No dia 25/09/84 o Deputado fez um pronunciamento na Câmara Federal que merece esclarecimento. Esse, como tantos outros discursos seus, tem como objetivo político a abertura da Serra Parima e de Surucucus para exploração mineral, quando sabe mos que a área é imemorialmente indígena, habitada por cerca de 4.000 índios isolados. Por lei e demonstração prática, am plamente documentada, está mais do que comprovado que tal me dida representaria o extermínio de um grande número de ín dios, por não existirem meios de controlar o contato desorde nado entre trabalhadores de mineração e/ou garimpagem e popu lações indígenas isoladas expostas à contaminação de doenças exógenas a eles e a todo tipo de desordem social e cultural. É mais do que evidente que a campanha de difamação tem como alvo o afastamento dessas entidades da área Yanomami, pelo simples fato de fornecerem meios de proteção a esses índios, contrariando os interesses de mineração defendidos pelo refe rido Deputado.

.2.

Podemos afirmar, portanto, que a exploração de cassiterita na área Yanomami só levaria à sua rápida exaustão com poucos resultados econômicos a nível nacional, já que este minério se encontra em quantidades suficientes no sul da Amazônia e na região Centro-Oeste para atender às necessidades do país, gerando, inclusive, excedentes exportáveis. Sem dúvida nenhuma, dever-se-ia encontrar outra solução viável para o desenvolvimento de Roraima que não seja minerar em área YANOMAMI para não colocar em perigo uma respeitável parcela da população do Território que o Senhor Deputado representa no Congresso Nacional.

É desnecessário dizer que a mineração e/ou garimpagem por terceiros em área indígena representa uma grave violação da Constituição Federal, que no seu artigo Nº 198 determina o seguinte:

"As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes".

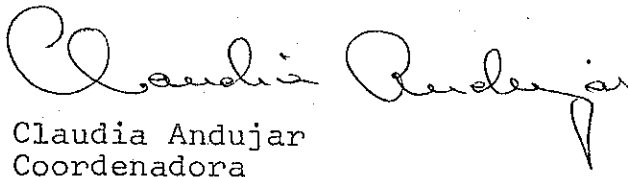
Comissão pela Criação do Parque YANOMAMI (CCPY)

A CCPY é uma entidade civil, fundada em 1978, sem fins lucrativos. Ela é o resultado de um amplo estudo realizado por uma equipe interdisciplinar sobre a situação das terras e da questão de saúde YANOMAMI - estudo esse apresentado em 1979 às autoridades competentes. A entidade, ainda preocupada com a questão de saúde, vem trabalhando desde 1980 com médicos brasileiros e, ultimamente, com voluntários brasileiros e franceses no programa médico-preventivo na área YANOMAMI em convênio com a FUNAI. Todo trabalho está sendo acompanhado pelo médico sanitarista Dr. Francisco Pascalicchio formado pela Escola Paulista de Medicina de São Paulo, membro da CCPY desde 1980.

Médecins du Monde (MDM)

A MDM é uma organização francesa, mundialmente conhecida, de fins humanitários, fundada em 1968 em Paris, a qual atua em várias partes do mundo, em regiões carentes de pessoal de saúde. Para poder executar o trabalho de saúde na área YANOMAMI assinou um convênio com a CCPY e a FUNAI em fevereiro de 1984. Ela atua na área indígena através de um médico brasileiro e voluntários franceses.

Todo o trabalho está sendo financiado pela Comunidade Econômica Européia e o Ministério do Exterior da Noruega, por um contrato de ajuda ao desenvolvimento.

  
Claudia Andujar  
Coordenadora

10 de outubro de 1984

7

*fatima*

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PDS — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa nacional destacou a recente "invasão," por parte de garimpeiros, de uma reserva indígena existente no Território Federal de Roraima, na Região de Surucucui.

A notícia, dolosamente exagerada por parte dos noticiários, pintava os garimpeiros como "um grupo fortemente armado utilizando equipamentos militares" para promover a ocupação da reserva indígena, com séria ameaça ao grupo lá existente.

Mas o que não se disse foi que os IANOMANIS vivem, como tantos índios, de Roraima, inteiramente abandonados pela FUNAI e dão graças a Deus quando aparece alguém por lá, levando algo daquilo que o órgão tutelar deveria levar e se omite.

Não se disse também que a metade do Território de Roraima está inteiramente bloqueado a qualquer atividade de mineração. E, enquanto persistir essa anomalia por falta de uma demarcação dos exatos contornos da reserva indígena, sempre haverá episódios como esse, pois a falta de cumprimento da lei por parte da FUNAI, no tocante à demarcação da reserva, gera a falta de cumprimento da lei por parte do garimpeiro que para lá dirige.

Também não se disse que a Região de Surucucui não é uma reserva indígena, como se apregoou. Mas uma área interdita pela FUNAI, que poderá transformar-se ou não em reserva.

Aliás, em matéria de área interdita, o Território de Roraima é recordista absoluto, e dolorosamente devo dizer que os maiores latifúndios improdutivos do mundo lá se localizam, em nome da defesa do interesse indígena!

Era de se esperar que os índios roraimenses vivessem em total estado de graça, graças à generosidade do tamanho de suas terras. Mas o que se verifica é um total abandono por parte da FUNAI, que procura justificar a inércia e a incompetência, jogando a culpa nos garimpeiros e nos fazendeiros da Região, sempre que ocorre qualquer conflito de interesse entre o índio e o branco.

A FUNAI não deveria bradar com tanta ênfase contra a "invasão" de brasileiros em terras brasileiras. Brasileiro não invade o Brasil. Aliás, Cabral, que era português, não nos invadiu em 1500. Segundo consta do mais elementar dos livros de história, Cabral descobriu o Brasil. E segundo também consta, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas porque eles pretendiam manter o índio isolado, fora do caldeamento, que deu origem à etnia brasileira que o poeta definiu como a "for amorosa das três raças tristes..." Em Roraima estamos precisando urgente de um novo Marquês de Pombal!

O que a FUNAI deveria denunciar aos quatro ventos é a vergonhosa invasão que se processa por entidades estrangeiras, americanas e canadenses, sob a bênção do órgão tutelar e com a convivência de antropólogos de outras origens, entre os quais a Srª Cláudia Andujar, Suíça naturalizada americana; que não guarda qualquer identidade com a cultura brasileira.

Por isso mesmo insistem na criação de uma nação binacional entre o Brasil e a Venezuela, para servir de território indígena.

Esse absurdo jamais foi criticado pela FUNAI que se preocupa demais com o garimpeiro faniinto, que, sem ré-

gua e sem compasso, traçou para a posteridade os exatos contornos do mapa do Brasil, que hoje tentam selapar. É claro que o garimpeiro atrapalha esse tipo de operação, porque chama a atenção de todos para o absurdo que é um pedaço de Brasil interdito a brasileiros, ao mesmo tempo em que americanos e canadenses transitam impunemente retirando possas riquezas minerais.

Felizmente, estamos às vésperas de uma nova república, prenunciando o raiar de uma nova aurora! E o orvalho da aurora é sempre mais fecundo que o sereno do crepúsculo.

Sob a liderança do Presidente Tancredino Neves, haveremos de aplicar o dispositivo legal que estabelece prazo para a demarcação das reservas indígenas. Haveremos de criar em Roraima áreas exclusivas ao garimpo e à mineração industrial, abolindo esse paternalismo exagerado em torno do índio que se tornou latifundiário contra a própria vontade... E haveremos de criar um Brasil mais brasileiro, integrando o índio à comunidade brasileira conforme prevê o Estatuto do Índio — que não vem sendo cumprido por parte do órgão encarregado da tutela. E haveremos, finalmente, na forma de um projeto que pretendo apresentar, extinguir-se a FUNAI, que será substituída por organismo de caráter regional, encarregado de resolver o problema indígena, em função das peculiaridades regionais de cada grupo, tornando o índio um participante ativo da comunidade nacional e não um eterno parasita tutelado, alheio ao grêmio da civilização.

Vamos ajudar o índio, mas vamos salvar o Brasil de todos nós!



*Januário*

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — (PEL — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho insistentemente abordado o problema da política indígena no Brasil, apontando as suas distorções, as suas injustiças e principalmente o envolvimento de pessoas e entidades estrangeiras na condução de sua operacionalização. Essa ingerência alienígena é tamanha, que hoje proliferam entidades que, auto-intitulando-se defensores da causa indígena, se imiscuem em atribuições da própria Fundação Nacional do Índio.

A ação dessas entidades atingiu tal escala, tal dimensão que hoje elas já comandam os rumos da política indígenista. Para citar apenas uma: a Comissão para Criação do Parque Yanomani, dirigida pela Sra. Cláudia Andujar, nascida na Suíça, que, justamente com a Organização Francesa "Médecins du Monde", celebrou convênio para assistência médico-sanitária aos Yanomani, desrespeitando a legislação e desmoralizando a medicina brasileira, além de violentar a nossa soberania ao colocar a saúde dos brasileiros aos cuidados de estrangeiros, como se nossos médicos fossem incapazes de dar um atendimento eficiente àquela população indígena do nosso País. Mais preocupante, porém, é a ação da Sra. Cláudia Andujar, que vive a viajar por todo este Brasil, Venezuela e outros países da América Latina, numa pregação mentirosa sobre os índios Yanomani e outros.

É preciso que na Nova República tenhamos coragem — nós, Deputados, representantes do povo — de tomar a iniciativa de debater, investigar e buscar soluções para os nossos problemas, muito especialmente a situação dos nossos irmãos índios. É necessário recobrar o orgulho e a dignidade do parlamentar brasileiro, rechaçando quaisquer interferências nas atribuições legalmente nossas. É sobretudo imperativo afastar a ingerência de pessoas e entidades estrangeiras no trato dos nossos problemas.

Por essa razão, estou hoje iniciando a coleta de assinaturas para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar todos os aspectos da política indígena brasileira, a atuação da FUNAI e principalmente a ingerência de estrangeiros nessa questão.

Era o que tinha a dizer.

*Jan*

✓ SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, reiteradamente tenho denunciado a interferência de pessoas e organizações estrangeiras na política indigenista brasileira. Trouxe ao conhecimento desta Casa e das autoridades brasileiras inúmeros fatos, que representam uma grave ameaça à nossa soberania. Solicitei providências dos órgãos competentes do Poder Executivo para coibir o abuso que se pratica em nome de uma falsa defesa dos direitos dos índios. Até hoje não tenho conhecimento de nenhuma providência concreta objetivando resguardar os interesses dos brasileiros e acima de tudo de afastar todo e qualquer estrangeiro do trato com o problema indígena, que deve ser conduzido por nós brasileiros.

Para ilustrar o nível de ingerência desses organismos internacionais, solicito a transcrição nos Anais, como parte do meu pronunciamento, da tradução da correspondência do Sr. Maurizio Hédoia, oriundo da Itália, em que esse membro da organização "Survival International" tece críticas à postura deste parlamentar no tocante aos índios brasileiros.

É inadmissível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que continuemos a aceitar que alienígenas interfiram de modo tão ignóbil nos assuntos do Brasil. Por est a razão estou coletando assinaturas para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar em profundidade o envolvimento dessas pessoas e entidades estrangeiras na questão indígena nacional, buscando dar à política indigenista uma dimensão realista e acima de tudo nacionalista.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DEPUTADO MOZARILDO CAVALCANTI**  
**TRADUÇÃO**

\*Exmº Sr. Cavalcanti

Como membro da "Survival International" tenho oportunidade de criticar sua ação política quanto à exploração dos territórios índios. Seu nome é "famoso" na Itália como responsável pela perseguição aos índios, particularmente aos Yanomani.

Infelizmente, seu nome é de origem italiana, o que não constitui uma honra para nenhum dos dois países.

Espero que o Sr. mude sua política em breve.  
Sinceramente, a) Maurizio Redola

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PMDB — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciei ontem, desta tribuna, o abuso que se comete em nome da ajuda missionária no meio das comunidades indígenas, nos mais diferentes pontos do Brasil, particularmente na Região Amazônica.

Confirmando aquela denúncia ontem transmitida a este augusto Plenário, o prestigiado jornal A Crítica de Manaus, em sua edição de 24 de junho de 1985, à pág. 3 do caderno C, publica o caso do antropólogo norte-americano Kennedh Goot, que adquiriu a preço de dólar, uma índia yanomami, chamada Yarima, com quem vive maritalmente há 9 anos.

O referido antropólogo pretendia levar a índia para os Estados Unidos, mas seu programa foi alterado na hora dos documentos indispensáveis para a saída do País. Mais uma vez, fica sobejamente demonstrado a presença indébita e abusiva de elementos estrangeiros poluindo a cultura indígena a pretexto de defender o índio.

Mas os indiõzinhos louros com olhos azuis que aparecem no meio dos yanomamis, seguramente não foram levados para lá pelos garimpeiros, que são sempre acusados de levar a poluição moral para o meio dos índios!

Merece também ser destacado na mesma edição, a entrevista concedida pelo empresário José Altino Machado, na qual ele assinala que os estrangeiros ficam exatamente onde se encontram as maiores ocorrências minerais. Você pode andar a Amazônia inteira que, onde não existir minério, não existe missionário, não se encontra antropólogo, não se encontra nada.

Com a presença de missionários, o empresário Altino exemplifica que a população indígena passa a pensar no melhor, achando que eles vieram para melhorar a vida do índio. Mas, quando alguém chega nas aldeias, não encontra nada de benefícios, a saúde do índio está em condições precárias, a fome está uma coisa incrível, aviões americanos voando para lá e para cá e não se vê nenhuma disposição das entidades filantrópicas para levar para os silvícolas, gêneros de abastecimento. Altino Machado também faz notar que, nas tribos, não existe sequer uma lavoura ou mesmo um incentivo, para que os índios a façam. Não existe progresso na vida dos yanomamis. O yanomami não melhorou nem a sua higiene.

Deixo aqui mais uma vez, meu protesto pela presença estrangeira no meio dos índios.

O Brasil precisa tomar conhecimento de que existem pedaços do território nacional que são proibidos aos garimpeiros brasileiros, mas são franquçados à cobiça estrangeira.

*funai*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PDS — RR.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, o absurdo cometido por administrações passadas da Fundação Nacional do Índio — FUNAI — ao interditar de maneira criminosa imensas áreas territoriais em Roraima, que totalizam praticamente a metade de nossa área total, mais ou menos cento e dezesseis quilômetros quadrados, para uma população indígena de apenas trinta mil índios, enquanto cerca de duzentos mil outros brasileiros estão impedidos de trabalhar na pecuária, na agricultura e na mineração, está condenando o nosso território à estagnação e a um irreversível prejuízo econômico.

Enquanto os garimpeiros, os mineradores, os pecuaristas e os agricultores estão sendo prejudicados, também os índios estão sendo vítimas, adoecendo e se corrompendo moralmente pelo incentivo de alguns agitadores para que roubem e matem o gado, invadam e depredem propriedades.

O que se vê em Roraima é muita terra para pouco índio, e poucos índios para muitos "caciques". Enquanto há quem se preocupe com os vizinhos países da Guiana e da Venezuela como fatores de sensibilidade para a Segurança Nacional, as nossas autoridades estão permitindo uma verdadeira sublevação das comunidades indígenas contra os brasileiros de Roraima, no prosseguimento do objetivo estrangeiro de, ao quebrar a homogeneidade da sociedade brasileira pela subversão étnica, implantar um outro país nas ricas áreas de fronteiras roraimenses.

A história mostrará os omissos, os culpados pela prática de tão monstruoso crime contra a nossa soberania.

Precisamos abrir os garimpos hoje interditados, liberar as fazendas e as áreas de agricultura, demarcando as terras para os índios, de maneira proporcional e justa, principalmente porque se sabe que não bastará dar terras para o índio viva com saúde, se alimente bem e prospere.

Era o que tinha a dizer.

12

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PDS — RR.**

Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, à revelia do Governo do Território Federal de Roraima e do seu povo, atendendo unicamente a uma misteriosa comissão para a criação do parque Yanomami, presidida por uma senhora estrangeira, pretende-se criar naquela Unidade da Federação uma reserva indígena que atinge cerca de nove milhões de hectares e que se localiza em extensa área de fronteiras com a Venezuela. Paralelamente, pressões internacionais tentam levar o Governo venezuelano a adotar semelhante medida do seu lado, o que resultaria, na prática, em criar uma grande nação, um grande país Yanomami, descaracterizando-se as fronteiras brasileiras e venezuelanas.

Os índios Yanomami, que do lado brasileiro não ultrapassam quatro mil — no território de Roraima, a FUNAI nunca conseguiu vacinar mais que dois mil, assim mesmo sem um controle confiável, já que não consegue catalogá-los cientificamente — estão há muito tempo em contacto com os brancos, missionários, antropólogos, indigenistas, funcionários da FUNAI, médicos, enfermeiros, odontólogos e também com garimpeiros. Eles próprios aparecem espontaneamente nas cidades de Caracará e Mucajá e em outras pequenas vilas, seja em busca de alimentação, seja pela sua própria característica nômade.

Na realidade, do que estão esses índios a necessitar é de um trabalho indigenista sério, de um estudo antropológico científico, não político, e de uma assistência médica e odontológica mais eficaz, que os livre das inúmeras moléstias que os afligem, como a ouocercose. Mas a cobiça internacional sobre a área Yanomami, onde só no território de Roraima o projeto RADAM detectou a ocorrência de inúmeros minerais, dentre os quais sobressaem o ouro, a cassiterita e o urânio, pretende interditar essas riquezas à exploração pelo Brasil, utilizando como bandeira a defesa dos direitos humanos dos índios, que estariam ameaçados em sua sobrevivência pelo contacto com os civilizados.

Se atingirem esse objetivo, criando o parque Yanomami, futuramente a nação Yanomami, pela voz dos que se autoproclamam seus defensores, estabelecerá convênio com os países desenvolvidos para a exploração de suas riquezas minerais com o objetivo de promover o seu "desenvolvimento". Já agora, temos exemplo dessa ação, quando a FUNAI e a organização francesa "Medecins du Monde", que é consorciada com uma organização norte-americana, firmaram um convênio para "assistência médica" aos Yanomami. Estes foram "representados" pela Sra. Cláudia Audujar, presidente da misteriosa comissão para criação do parque Yanomami.

É preciso dar um basta nessa ação alienígena, que se deseja, através de uma falsa defesa da causa indígena, ludibriar a consciência nacional, para obter a posse das nossas riquezas naturais, principalmente os minérios da Amazônia.

Defendo intransigentemente a exploração das nossas riquezas minerais pelos brasileiros, numa comunhão harmônica, respeitosa e de proveito mútuo entre índios e brancos da mesma nação.

O território de Roraima necessita urgentemente da liberação da exploração das suas ricas jazidas de ouro, diamante e cassiterita, para promover o desenvolvimento sócio-econômico de todos os roraimenses.

Era o que tinha a dizer.

13

**O SR. PRESIDENTE** (Amaury Müller) — Tem a palavra o Sr. Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PDS — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Srs. Deputados, não há dúvida de que um dos assuntos que mais têm prendido a atenção da opinião pública nacional é a questão indígena. Nós, brasileiros, produtos da fusão de três raças — a índia, a branca e a negra — temos sido levados a ver a situação de nosso irmão indígena sob a ótica de uma orquestração internacional.

É preciso nos desarmarmos, nos despirmos das paixões e das emoções para podermos penetrarmos mais profunda e intensamente nesta problemática tão intrin-



cada. Não basta a observação superficial do assunto, onde se destaca a figura humana do índio, pintado sempre como ameaçado, injusticado e até exterminado pela sociedade civilizada, para que adotemos, a priori, uma conduta, uma postura de defesa intransigente de isolar os nossos indígenas em vastas áreas de terra, no pressuposto de que basta deixar os índios entregues à sua própria sorte para que suas vidas e sua cultura sejam preservadas.

É mister que façamos uma análise retrospectiva, introspectiva e abrangente desse problema, para que possamos entender a ação e o envolvimento de inúmeras organizações internacionais nas questões internas dos nossos indígenas.

O Governo Brasileiro tem sido apontado à opinião pública mundial como genocida, ao propor projetos de povoamento, consolidação, ocupação e desenvolvimento dos imensos vazios demográficos, especialmente na Amazônia. Inúmeros organismos internacionais, governamentais ou não-governamentais, acentuaram na última década uma ação coordenada e sistemática na América Latina, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública nacional dos Estados latino-americanos para a necessidade de se destinar imensas áreas territoriais desses Países para reservas indígenas e reservas ecológicas.

Esse trabalho tem contado no Brasil com o apoio, algumas vezes inocentes, de antropólogos, sociólogos e ecólogos, principalmente, bem como de inúmeros políticos. Os tópicos principais da estratégia desenvolvida são as teses de "Soberania restrita ou restringida" e de "Patrimônio Comum da Humanidade", cuja aceitação redundaria num verdadeiro tiro mortal na Unidade da Nação, na consolidação do Território Nacional pela sua ocupação, povoamento e desenvolvimento, bem como acabaria com a Soberania Nacional sobre os nossos recursos naturais e sobre a capacidade de decidir as nossas próprias políticas internas.

Sob o duplo enfoque de proteção aos indígenas e ao meio ambiente, procura-se, mediante fortes pressões internacionais, impingir aos Países Latino-americanos, signatários do Pacto Amazônico e do tratado de Cooperação Amazônica, a aceitação de mecanismos que ensejem a organismos internacionais ingerir-se nas decisões soberanas desses Estados no que se refere a matéria de população, território e recursos naturais, esquecidos de que aqueles Tratados mantêm de forma inequívoca a Soberania dos Países signatários, de modo exclusivo e excludente, sobre seus respectivos territórios.

Na verdade, o grande objetivo final dessas ações é a futura internacionalização dessas áreas, se elas viessem a se constituir, como desejam, em nações indígenas autônomas, dissociadas da grande Nação brasileira. Para o êxito dessa política, induzida do exterior, é requerida a colaboração de pessoas, físicas ou jurídicas, que dentro do País, apoiem ativamente a ação. É aí que se situam as proliferações de atividades levadas a efeito por antropólogos, ecólogos e sociólogos, que se constituem em um sem-número de entidades que se auto-intitulam defensoras dos indígenas, da fauna e flora, promovendo a apresentação de projetos de criação de reservas indígenas e ecológicas, que resultam na aceitação implícita dos critérios de soberania restringida e de Patrimônio Comum da Humanidade. Essas entidades se encarregam de fornecer informações, à imprensa nacional e internacional, na grande maioria das vezes distorcidas e mentirosas, sobre a situação da Amazônia, sem maior alvo.

A criação das reservas ecológicas e indígenas tem constituído um verdadeiro hiato, um parêntesis territorial, que em algumas Unidades da Federação, como o Território Federal de Roraima, já atinge cerca de 60% de sua área territorial. Isto traz como consequência que o Estado brasileiro está com sua capacidade de exercício pleno da soberania nacional afetada e limitada, a tal ponto que hoje a prospecção e exploração mineral nas

terras habitadas por indígenas não é possível nem mesmo através de convênios com entidades estatais.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Alcides Lima.

O Sr. Alcides Lima — Nobre Deputado Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> fala sobre a questão indígena numa abordagem que diria irretorquível. É muito mais do que uma abordagem e uma análise: V. Ex<sup>a</sup> faz uma denúncia que deve merecer de todos nós a devida atenção. Tive oportunidade de ler seu pronunciamento e vi que, entre outras coisas, V. Ex<sup>a</sup> denuncia as distorções da política indígenista, comandadas por fortes pressões internacionais que se arrogam como representantes dos interesses indígenas; utilizam os índios para fins políticos; objetivam dividir a Nação e acabar com a integridade territorial. V. Ex<sup>a</sup> também denuncia que a intenção é minar a nossa soberania, a soberania do Brasil, sobre nossos recursos naturais. V. Ex<sup>a</sup> também denuncia que essas pessoas e essas entidades internacionais querem impedir a integração e o povoamento, e, portanto, a consolidação do nosso território nacional. V. Ex<sup>a</sup> também denuncia que essas entidades querem promover uma verdadeira subversão étnica ao segregar os índios da grande fusão nacional. V. Ex<sup>a</sup> também denuncia que é a Amazônia o grande alvo, porque é lá que estão ainda inexploradas grandes reservas minerais. V. Ex<sup>a</sup> diz que 60% das áreas do Território Federal de Roraima estão considerados reservas indígenas e ecológicas. Veja bem V. Ex<sup>a</sup>, nobre Deputado Mozarildo Cavalcanti, a Amazônia hoje é a grande alternativa de ocupação rural do Brasil, porque a Região Centro-Sul não tem mais o que retalhar, e as lavas de produtores rurais, de famílias rurais que estão saindo dessas regiões são grandes. Rondônia, por exemplo, recebe em tomo de 1.600 famílias por mês enquanto Roraima acolhe aproximadamente 300 famílias por mês, ao longo de um ano. São migrações pressionadas por outras forças nessas regiões de onde elas se originam. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela forma muito responsável, muito consciente, equilibrada e corajosa com que V. Ex<sup>a</sup> coloca a questão indígena no Brasil, fazendo essas denúncias que, como já disse, devem merecer a atenção do Congresso Nacional, da opinião pública e da imprensa, para que não sejamos inocentes úteis, não sirvamos de instrumento aos objetivos da ganância e da ambição dos países desenvolvidos, que, através dessas entidades, querem preservar para si nossas riquezas. E tanto isso é verdade que essas entidades internacionais agem com o beneplácito, com o apoio até da imprensa brasileira, porque há muitos recursos, muito dinheiro envolvido em seu favor. Elas podem estar juntas com os Yanomamis. Nós, brasileiros, nós, roraimenses, não podemos, como já disse V. Ex<sup>a</sup> muito bem, explorar aquilo que representa a consolidação da economia da Amazônia, da economia do Brasil e da economia do Território Federal de Roraima, que quer buscar sua auto-sustentação e se transformar em mais um Estado-membro da Federação. Portanto, tudo isso é orquestra, é estratégia para inviabilizar o desenvolvimento da Amazônia, para inviabilizar a transformação de Território de Roraima em Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Com a autoridade que tem, descendente de indígenas que é, Deputado dedicado nesta Casa à problemática indígena, como Vice-Presidente da Comissão do Índio, como elemento realmente atento a essas manobras, seu aparte traz ao meu discurso reforço sobretudo importante.

V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção para a ação dessas organizações internacionais. A isto eu acrescentaria denúncia feita pelo Governo venezuelano de que, na fronteira da Venezuela com o Brasil, mais precisamente com o Território de Roraima, essas organizações pretendem a formação de um Parque Yanomani, da mesma maneira como fazem do lado do Brasil, com a criação da chamada Comissão para a Criação do Parque Yanomani. Do

lado do Brasil, elas têm uma área pretendida de 9 milhões de hectares para criar uma reserva Yanomani — e do lado venezuelano também — o que daria praticamente um país na área fronteira desses dois países. E foi o próprio governo venezuelano que, em documento publicado nos jornais daquele país, denunciou à consciência latino-americana a manobra dessas organizações internacionais, que nada mais querem senão formar um verdadeiro quisto dentro dessas nações latino-americanas, explorando a sensibilidade de todos nós para a causa indígena. E quem de nós, brasileiros, não se sensibiliza com a situação de nossos irmãos índios? Mas é preciso, como eu disse, despirmo-nos das emoções do sensacionalismo para irmos mais profundamente às causas e, acima de tudo, aos objetivos dessas organizações internacionais.

Prossigo, Sr. Presidente.

A grande luta desencadeada por essas entidades nacionais e internacionais é para reconhecer nações indígenas autônomas, que deverão gozar de direito de autodeterminação, com as quais o Estado brasileiro terá que negociar o exercício da soberania sobre o território, a população e os recursos naturais, trazendo como consequência o enfraquecimento e a divisão da Nação, aumentando assim a possibilidade de intenção alienígena nos seus assuntos internos.

Entidades internacionais como o SURVIVAL internacional — dos Estados Unidos da América e Inglaterra; o Anthropology Resource Center — de Boston, EUA; o Cultural Survival — dos EUA; o International Workgroup For Indigenous Affairs — da Dinamarca; o Comité International de Défense de L'Amazonie — da França; a Médicins du Monde — da França, são algumas das organizações estrangeiras que têm intervenido nos assuntos indígenas em toda a América Latina, como escudo para os verdadeiros interesses dos países desenvolvidos, movidos pela cobiça sobre os nossos recursos naturais.

Em reunião realizada em Barbados, promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas e o Instituto de Etnologia de Berna — Genebra, que se intitulou "Simpósio sobre a divisão interétnica na América do Sul", resultou na "Declaração de Barbados pela Libertação do Indígena", da qual destacamos os seguintes tópicos:

"... Os indígenas da América continuam sujeitos a uma relação colonial de domínio — postura que nega a possibilidade de que os indígenas se libertem da dominação colonialista e decidam seu próprio destino...";

"... A Antropologia que hoje se requer na América Latina não é aquela que toma o indígena "... para estudos..." senão a que os vê como povos colonizados e se compromete com a luta pela sua libertação..."

Esses pontos coincidem com os objetivos recomendados por recente simpósio realizado com o patrocínio da Fundação Pedrosa Horta, na Câmara dos Deputados, nos dias de ontem e anteontem, 26 e 27 de novembro, quais sejam:

"Mudança total nas relações entre o Estado e os índios, criação de um novo órgão tutor, que seja órgão de representação dos índios junto ao Poder Executivo."

Como se vê, a estratégia dessas organizações internacionais, que estão a serviço dos interesses dos países desenvolvidos, tem, em síntese, as seguintes metas:

1 — Quebrar a Unidade Nacional, ao requerer o reconhecimento de nações indígenas autônomas;

2 — Aniquilar a integridade territorial ao pregar o reconhecimento de direitos territoriais exclusivos dessas "Nações" dentro da Nação, arguindo critérios de ocupação histórica, sem considerar as fronteiras nacionais de cada país;

3 — Debilitar e restringir a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais ao pregar a exigência de se estabelecer convênios entre governos e povos indígenas para a exploração mineral, requerendo ainda que essas explorações devam beneficiar direta e exclusivamente as comunidades indígenas, sendo inclusive administradas por estas e não pelo Estado em benefício coletivo da Nação;

4 — Impedir a integração e a consolidação do território nacional pelo seu povoamento e desenvolvimento, especialmente nas áreas fronteiriças, mediante a criação de extensas reservas indígenas ou ecológicas;

5 — Aniquilar a identidade latino-americana, produto de uma miscigenação de raças e culturas, ao promover verdadeira subversão e segregação étnica.

Tem o aparte o nobre Deputado Denisar Arneiro.

O Sr. Denisar Arneiro — Deputado Mozarildo Cavalcanti, a denúncia que traz V. Ex<sup>a</sup> é de uma profundidade até gritante. De forma alguma podemos deixar que esse conflito prossiga, pois seria criar mais um país dentro de nosso País. É o que desejam as organizações internacionais. Por quê? Pelo que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, é também porque os índios não têm o discernimento necessário para saber o que é bom para eles e o que é bom para o Brasil. É por essa forma que sorrateiramente tentam penetrar em nosso território. Cabe a esta Casa, a nós, deputados federais e senadores, fazer essa denúncia à Nação, como faz V. Ex<sup>a</sup> neste momento, clamando, solicitando a outros companheiros que conhecem o problema, como V. Ex<sup>a</sup> está demonstrando conhecer, que venham a esta tribuna e façam chegar aos jornais e às estações de rádio essa grave denúncia. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a atenção.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Deputado Denisar Arneiro, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, sensibilizado, o aparte, e gostaria de aduzir, a título de exemplo, que fiz ontem pronunciamento no Pequeno Expediente, denunciando essa manobra para a criação do Parque Yanomani, que existe a ingerência, no Território de Roraima, de uma organização estrangeira denominada "Medicins du Monde", francesa, que pseudamente trata de problemas médicos, odontológicos e científicos junto à comunidade indígena. Veja V. Ex<sup>a</sup> que esta organização fez um convênio diretamente com a FUNAI, esta assinando como órgão tutor, aquela organização, digamos assim, do lado do estrangeiro assinando para prestar essa assistência, e assinando pelos índios Yanomani a Sr<sup>a</sup> Cláudia Andujar, presidente de uma organização para a criação do Parque Yanomani, comissão essa que não tem nenhum sentido legal, nenhum valor jurídico. E ela assina com a FUNAI representando os índios Yanomani, para prestar-lhes assistência. E o que esta organização fez até hoje, Deputado? Nada. Estive, em pessoa, junto aos índios Yanomani, acompanhando o ex-Presidente da FUNAI, e o que encontramos lá foi a denúncia de que, há vários meses, nenhum médico dessa organização comparecia à área. E digo mais: denunciei também, nesta Casa, que essa organização testou nos índios Yanomani vacina experimental contra a malária. Essa denúncia não foi levada a sério. Nenhum órgão governamental a examinou. Poucos meses depois, vimos, nos Estados Unidos, o anúncio de que estava sendo descoberta a vacina contra a malária e, coincidentemente, por uma organização americana associada à francesa "Medicins du Monde", que pesquisou a vacina. Portanto, os nossos índios estão servindo de cobaias para experiências e de inocentes úteis para amparar as pretensões desses grupos sobre os nossos minérios na Região Amazônica.

Ouçó o nobre Deputado Bonifácio de Andrade.

O Sr. Bonifácio de Andrade — Nobre Deputado, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> é da mais alta importância, e a denúncia que traz à Casa, como disse o Líder do PMDB, clama aos céus, porque atinge os alicerces da própria soberania

nacional. De fato, o problema indígena em nosso País é de alta relevância. Temos obrigações maiores para com as comunidades indígenas, que, como diz o Deputado Mário Juruna, estavam neste País antes de nós. Por outro lado, cumpre-nos fazer esta política de aculturação, de aproximação dos valores culturais — nossos e deles — a fim de conseguirmos, assim, a síntese capaz de promover o bem-estar dessas populações e alcançarmos, para o País, aquela integração necessária. A denúncia de V. Ex<sup>a</sup> é gravíssima, porque, pelo visto, os grupos internacionais de várias tendências não só desejam criar aqui pequenas nações indígenas, como também, num segundo plano, fazer a federação das nações indígenas,...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Exatamente.

O Sr. Bonifácio de Andrade — ...o que significaria a construção de um poder político capaz de abalar, de fato, a soberania nacional. De modo que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> se insere na linha dos grandes pronunciamentos desta Casa. Por isso, conta com o apoio da Liderança do nosso partido e exige por parte de todos nós, patriotas, o esforço para superar essas ações contrárias ao bem-estar do povo brasileiro e dos próprios indígenas, nosso irmãos, em nossa Pátria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Deputado José Bonifácio. E digo mais. Realmente, nós Deputados, representantes do povo do Brasil, durante muito tempo deixamos esquecida a problemática indígena. E esses antropólogos, maquinados, orquestrados por organizações estrangeiras, foram na frente e se imiscuiram nos problemas indígenas. Hoje, eles se arrogam o direito de falar pelos índios. Hoje, essas pessoas, que moram no Brasil, em São Paulo e, na maioria das vezes, no exterior, querem ensinar a nós próprios, brasileiros, qual o caminho que devemos seguir; querem inclusive — já presenciamos isto — dizer, por exemplo, ao deputado Mário Juruna, legítimo representante da comunidade indígena, o que deve ser melhor ou pior para a comunidade indígena. É preciso que nós, Deputados, acordemos e penetremos mais profundamente nessa problemática. Não analisemos a problemática indígena apenas sob o ângulo do índio desprotegido, do índio que precisa que se lide de tudo. É preciso, sim, que nós, brasileiros, assumamos a responsabilidade da condução da nossa política indigenista.

Concedo o aparte ao Deputado Alcides Lima.

O Sr. Alcides Lima — Nobre Deputado, para reforçar o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de falar a respeito do Deputado Mário Juruna, com relação a esse seminário que se realizou nesses dias, a Comissão do Índio sequer foi informada ou convidada a participar dele. Sabemos que essas pessoas estão coordenando um trabalho para ser entregue a um dos candidatos à Presidência da República, o ex-Governador Tancredo Neves, como já sendo uma diretiva, o referencial da política indigenista brasileira. E assistimos, aqui nesta Câmara, a essas figuras que querem assumir o comando político da questão indigenista. Então, veja V. Ex<sup>a</sup> até onde eles pretendem chegar. Em conversa com o Deputado Mário Juruna, disse-lhe da minha insatisfação e negativa em reconhecer essa ação, porque eles estão correndo em paralelo, tripudiando, até, sobre a Comissão do Índio, que tem a responsabilidade, aqui na Câmara dos Deputados, de tratar das questões indígenas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Muito obrigado, Deputado Alcides Lima. Ouço o nobre Deputado Mário Juruna.

O Sr. Mário Juruna — Deputado, não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> me escuta. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> Pode ser qualquer grupo: grupo de antropólogos, grupo de Con-

selho Indigenista, grupo de sertanistas, ou até a FUNAI. Quem conhece esta pessoa, o Deputado Juruna, sabe que eu fiquei muito chateado por isso. Aceito a palavra de V. Ex<sup>a</sup> É preciso ter mais pessoas, mais Deputados que representem o índio aqui na Câmara. Esses internacionais são delegações do interesse do particular, delegações das multinacionais, dos capitalistas. Eu conheço o mundo inteiro: eu conheço a Holanda, eu conheço a Suíça, eu conheço a França, onde funcionam esses internacionais. O povo brasileiro é muito enganado. Aceita muito a palavra internacional. Para o Deputado Juruna não existe internacional. Para Deputado Juruna não existe ONU. ONU não tem território internacional que represente interesse do Governo do País. Enquanto isso o povo está morrendo de fome, o povo está vivendo na miséria, sofrendo, esperando as autoridades melhorarem a comunidade indígena. Mas este pessoal também é ligado ao internacional, ligado a grupos do País, gente que quer fazer a imagem do índio brasileiro, para levar para fora do Brasil. Ele aqui está lutando sozinho. Graças a Deus, tenho vários companheiros do PDS, do PMDB, do PDT, na Comissão do Índio, para receber as reclamações da comunidade indígena. Nós vamos assumir a luta do índio, do seu lado do índio. A gente encaminha documento para candidato Tancredo Neves. Não sei que pessoa está levando o problema do índio, não sei quem é o pai do índio, quem é o padrinho do índio. Não entendo isso. Todo o mundo quer representar em nome do trabalhador, em nome do camponês, em nome do índio, em nome do lavrador, em nome do funcionário público. Por que o funcionário público não pode ter presidente? Por que o trabalhador, não pode ter presidente? O índio tem presidente aqui na Câmara Federal. O índio tem o Deputado, fruto do Brasil, raiz do Brasil, que está sacudindo o Brasil todo, e o povo brasileiro para defender a comunidade indígena. Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> Continue essa voz. A voz não pode acabar, a voz não pode voltar para trás. Nós, brasileiros, já somos independentes, sem estrangeiros, sem antropólogos, sem indigenistas, sem missionários, porque essas pessoas, muito mais ricas que índio, são as que querem explorar o índio. Eu não aceito esta exploração. Eu quero que a Comissão do Índio, que pode segurar a barra, resolva o problema do índio. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Prossigo, Sr. Presidente.

Essa diabólica maquinação internacional redundará no risco da própria sobrevivência das repúblicas latino-americanas, pela sua fragmentação em múltiplas nações indígenas, que posteriormente se reuniram numa grande Confederação de Repúblicas Indígenas, que, autônomas, estabeleceriam acordos e tratados com os países desenvolvidos, para a exploração dos recursos minerais nela existentes, contraindo paralelamente empréstimos vultosos para promover o seu "desenvolvimento" e passando, portanto, a representar verdadeiras colônias desses países economicamente desenvolvidos.

Portanto, as ações hoje praticadas pelas várias organizações nacionais e internacionais em defesa do indígena e do meio ambiente nada mais são que uma manobra, um investimento patrocinado por países como a França, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e tantos outros, para atingir o objetivo final de dominação das grandes riquezas naturais da Amazônia, pondo em grave risco a sobrevivência das nações amazônicas da América Latina.

Nós, brasileiros, temos um compromisso histórico com o nosso passado: o de legar para os nossos pósteros uma Nação una, indivisível e soberana. Temos o dever intransferível de assumir, por nós mesmos, a solução dos nossos grandes desafios nacionais, inclusive a questão indígena, sem sermos transformados em cobaias de agentes internacionais.

É preciso dar um basta a essa ação alienígena, que desceja, através de uma falsa defesa da causa indígena, ludibriar a consciência nacional, para obter a posse das nossas riquezas naturais, principalmente os minérios da Amazônia. (Palmas.)